



Fis. Nº 30  
Proc. Nº 013/2023  
Rub. 12

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHA**  
Praça Raimundo Penha, S/N – Centro-Matinha/MA- CEP: 65.218-000  
CNPJ Nº 12.526.216/0001-74

### **JUSTIFICATIVA DA DISPENSA**

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, **alterado os limites pelo Decreto Federal nº 9412 de 18 de junho de 2018, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:**

***“Art. 24 É dispensável a licitação:***

...

***II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea “a” do inciso II (R\$ 17.600,00) do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.”***

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise dos inciso III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93. Inobstante o fato da presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 24, II da Lei 8.666/93, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

**Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único:**

***“Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:***

***I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;***

***II – razão da escolha do fornecedor ou executante;***



Fis. Nº 31  
Proc. Nº 013/2003  
Rub. (18)

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHA**  
Praça Raimundo Penha, S/N – Centro-Matinha/MA- CEP: 65.218-000  
CNPJ Nº 12.526.216/0001-74

**III – justificativa do preço;**

**IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”**

A Comissão Permanente de Licitação – CPL solicitou a apresentação dos documentos para comprovar habilitação jurídica para a empresa com o menor valor global, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, optamos pela realização de certame por meio de contratação direta - dispensa de licitação, sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Matinha (MA), 03 de março de 2023.

**Lucas Silva Araújo Penha**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL  
Portaria 007/2023